



Pelo menos os banqueiros do Brasil estão satisfeitos

O saldo das negociações sobre a dívida externa brasileira, lideradas nos últimos dias pelo presidente do Banco Central, Fernão Carlos Botelho Bracher, é positivo, segundo dirigentes da área bancária ouvidos ontem pelo JT, em São Paulo. Persistiam algumas dúvidas, porém, entre lideranças bancárias, acerca da extensão das negociações e ante o fato de que somente em 15 de março próximo deverá ocorrer um acordo anual entre o Brasil e as centenas de bancos credores.

— Os banqueiros vão inequivocamente manter as linhas até março. Fernão Bracher ganhou um peso a mais na negociação — disse o diretor da Área Internacional do Banco Itaú, Alberto Dias de Mattos Barretto.

— A comunidade financeira internacional já está suficientemente lúcida acerca de manter as linhas de curto prazo até março. É uma questão de bom senso — acrescentou Barretto, lembrando que agora vai-se discutir os vencimentos de 85 e 86, a redução do spread e a flat fee commission.

Elmo de Araújo Camões, presidente do Sogeral, do Forex Club e da ABBC-Associação Brasileira de Bancos Comerciais, também qualificou como "excelente" a performance brasileira. "Foi uma grande vitória do Brasil" — declarou, explicando que agora falta definir o spread mas que a troca da prime-rate (juros preferenciais nos Estados Unidos) pela libor (taxa interbancária de Londres) "é interessante" para o Brasil.

— Estou chegando dos Estados Unidos e, em contactos na Califórnia e Miami, senti uma certa despreocupação com o Brasil. O único ponto de dúvida diz respeito ao pagamento das operações 63. Acho porém que se vai cumprir a lei — assinalou o presidente da ABBC.

Dados

Entre esta semana e 15 de março, o conjunto de bancos credores estudará a recomendação do advisory committee (comitê assessor da dívida brasileira, coordenado por William "Bill" Rhodes, do Citibank), acerca de um novo acordo referente tanto às linhas de curto prazo (créditos comerciais à exportação e no money market), da ordem de US\$ 15,2 bilhões, quanto das amortizações.

A renegociação das amortizações deverá envolver os anos de 85 e 86. Em 85, o Brasil liquidou US\$ 1,54 bilhão com organismos internacionais e deixou pendente cerca de US\$ 6,5 bilhões, segundo estimativas de meios bancários, louvadas nas informações periódicas distribuídas pelo Banco Central. A esses US\$ 6,5 bilhões de 85 somar-se-ão estimados US\$ 9,5 bilhões de 86, prevendo-se ainda, neste ano, o pagamento efetivo de US\$ 2,375 bilhões. Em juros líquidos (juros brutos menos os recebidos pelo Brasil por suas aplicações das reservas), as estimativas são de um pagamen-

to de US\$ 10,4 bilhões em 85 e US\$ 10 bilhões em 86. Para 87, estimativas datadas de 31 de março de 85 indicavam que os vencimentos totais atingiriam US\$ 13,8 bilhões, dos quais US\$ 10,5 a US\$ 11 bilhões passíveis de reescalonamento.

Um dos itens mais importantes desta fase diz respeito ao spread. Na renegociação da fase 2, o Brasil pagou libor mais 2% de spread, ou prime-rate mais 1,75%, valores superiores aos do México, cuja renegociação foi feita com um mínimo de libor mais 1,125% e um máximo de libor mais 1,5%. O Brasil também pretende eliminar a flat fee commission, um ônus de 1% sobre os valores renegociados.

Segundo uma fonte de São Paulo, que também entende como relativamente tranqüilo o acerto em março, o Brasil acabará assumindo o ônus representado pelas dívidas por empréstimos com base na resolução 63 contraídos pelos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave, na proporção de 100%. Até o momento, a suposição era de que os bancos estrangeiros só receberiam percentual idêntico ao pago aos credores internos.

Há diferentes interpretações quanto a importância de que toda a dívida externa e taxas flutuantes fique indexada pela libor, que costuma ser mais reduzida do que a prime-rate. Uma avaliação é de que somente 15% da dívida total é indexada pela prime, e as operações têm taxas de risco inferiores às da libor. Camões, da ABBC, não concorda porém com essa observação, destacando o fato como positivo. A mesma opinião é de Alberto Barretto.

Segundo o diretor do Itaú, o Brasil avança na discussão da dívida. "Fazer uma reunião para rolar a dívida por mais 90 dias é pouco. Agora não se discutiu meramente o curto prazo".

Em sua opinião, a negociação está atingindo os três objetivos básicos do Brasil: menor custo, embora a definir; maior estabilidade, por contemplar prazos mais dilatados; e ausência de envolvimento formal do Fundo Monetário. "Atua-se progressivamente de acordo com o desejo da administração brasileira", acrescenta, evitando a discussão acerca do que irá ocorrer em 87, quando a dívida deverá ser novamente discutida após um ano de dificuldades previsíveis com a inflação e o déficit público.

Barretto não manifesta preocupação maior como hiato de cerca de dois meses entre 17 de janeiro e 15 de março, data prevista para o próximo round. "Desde 29 de agosto de 1985 as linhas vêm sendo roladas temporariamente. Esperamos para março um acerto por um ano das linhas de curto prazo e rolagem definitiva de 85 e 86. É preciso encarar a coisa sob o ponto de vista positivo. É um passo positivo que o Brasil está dando."

— Houve um progresso. Uma tentativa de chegar a uma conclusão maior — disse o diretor do Itaú.